



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

PRODUÇÃO MADEIREIRA E PESAMENTO CONSERVACIONISTA NA ANTIGA COMARCA DE ILHÉUS 1784 - 1805

Madson Mendes dos Santos.*
(UESC)

Marcelo Henrique Dias**
(UESC)

RESUMO

Este artigo trata da produção madeireira realizada no território correspondente à antiga Comarca de Ilhéus, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira do XIX. Partindo dos testemunhos textuais produzidos no período em questão, buscarei demonstrar os processos produtivos e contextualizar as propostas de melhorias técnicas elaboradas pelos agentes daquela economia florestal.

PALAVRAS CHAVES: Comarca de Ilhéus, Exploração madeireira, Racionalidade produtiva.

INTRODUÇÃO

A construção naval no Brasil colonial e a exploração da principal matéria-prima desta indústria, a madeira, receberam os primeiros tratamentos historiográficos na obra de Amaral Lapa, *A Bahia e a Carreira da Índia* (1968), que analisa, dentre outros temas correlatos, as “Feitorias Reais”. Após Lapa outros historiadores tomaram conta da importância desse estudo e foram muitos os que

* Graduado em história pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Grupo de Pesquisa em História Agrária e Ambiental do Brasil Escravista. E-mail: madson_mendes@hotmail.com

** Doutorado pela Universidade Federal de Fluminense, professor do DFCH da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Grupo de Pesquisa em História Agrária e Ambiental do Brasil Escravista.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

contribuíram para o adensamento da historiografia no que se refere à exploração de madeira na costa brasileira. Morton (1978) e Miller (2000) foram os responsáveis por pesquisas mais contundentes sobre os cortes de madeiras na costa brasileira, principalmente na análise das elites locais e da postura da Coroa frente à administração dos cortes.

Trabalhos mais recentes remetem a importância da floresta como modelo econômico para as sociedades locais, como no caso da região do Recôncavo da Guanabara (Cabral, 2008). Outro historiador que esteve atento as características da exploração madeireira foi Marcelo Henrique Dias, que demonstrou através de pesquisas o modelo extrativista implantado na Comarca de Ilhéus a partir dos recursos vindos de Portugal.

A história ambiental que se caracterizou como uma nova linha de pesquisa visa o aprofundamento do entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, 1991, p. 199).

Essa discussão ambiental, todavia, não é nova. Baltazar da Silva Lisboa, ouvidor da antiga Comarca de Ilhéus em finais do século XVIII, já havia proposto um plano para conservação das matas pertencentes à Comarca em questão, como forma de conter a exploração e a queima ilegal por parte de produtores de mandioca fixados nas terras repletas das ditas madeiras-de-lei.

Teoricamente, parte-se do pressuposto de que, embora os objetivos dos autores que se dedicaram ao tema fossem utilitaristas, voltados à conservação de um recurso natural imprescindível para o Estado, suas propostas apontavam ações que visavam diminuir os custos e preservar a floresta, ou seja, idéias que nos remetem ao conceito moderno de desenvolvimento sustentável.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A econômica da Comarca de Ilhéus no século XVIII

A Coroa portuguesa por não possuir recursos financeiros suficientes para investir em sua colônia deixou essa empreitada nas mãos de particulares, que após receberem doações de terras, formando as primeiras populações de portugueses nas terras recém conquistadas. Esse modelo de transmissão de responsabilidade na colônia da Coroa para terceiros custaria o fracasso e, posteriormente, a ruína de boa parte das capitâneas hereditárias.

As capitâneas, e em especial, a de Ilhéus, para alguns autores esteve condenada ao fracasso por possuir densas matas que impediriam o dito progresso dessa região.

[...] ao analisarmos o insucesso do empreendimento em Ilhéus temos de considerar que sua marginalização do circuito comercial também se deveu a um conjunto de fatores de ordem natural: a densidade e a dimensão dilatada da floresta e as características de seu litoral. Esse, no trecho entre Camamu e Vitória, apresenta costas retilíneas e submetidas à ação dos ventos alísios do sudeste, o que faz com que inexistem portos naturais com condições de segurança de atracação para embarcações de maior porte[...].⁴³⁷

Por outro lado, as mesmas matas que são consideradas pelos autores acima como pouco favoráveis para as práticas comerciais, por se tratar de uma região censurada por sua própria localização e difícil acesso, serão posteriormente apontadas como uma região de grande potencial econômico, sendo que essas mesmas áreas obedeceriam a um panorama o qual seria benéfico à produção madeireira.

⁴³⁷ Freitas e Paraíso, 2001, p. 21.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

[...] É importante apontar a natureza da indústria madeireira que se instalou na capitania de Ilhéus. Não se trata simplesmente de uma atividade extrativista limitada a extrair madeiras e transformá-las em pranchas, mas de uma indústria madeireira mais sofisticada, que além das atividades primárias – como a extração e o falquejo – incluía o beneficiamento de peças até sua forma final para o uso na construção naval [...].⁴³⁸

A economia da antiga Comarca de Ilhéus esteve baseada no processo extrativista da floresta. A partir dos cortes organizados as margens dos rios se organizaram as populações que dependiam direta ou indiretamente dos cortes de madeira.

Embora a Coroa financiasse a exploração madeireira naquela região, os particulares contribuíram com fornecimento de mão de obra e de materiais diversos para o sustento dos cortes de madeira.

Os Cortes Reais eram responsáveis por envios de toras de madeiras a Ribeira de Salvador que seguiam para Lisboa. Posteriormente, a partir do aprimoramento das técnicas produtivas, as remessas de madeiras foram confeccionadas na forma de tabuados e de pranchões e em alguns casos de peças semi-prontas e prontas. Além disso, houve a necessidade de se produzir embarcações de pequeno e médio porte para dar conta das necessidades imediatas e para o transporte em alguns casos, das próprias madeiras ali extraídas. Para tanto, foram construídos estaleiros para confecções de embarcações na Comarca de Ilhéus.

A Capitania de Ilhéus teve papel significativo no envio de madeira à metrópole, devido o seu caráter oficial, que contribuiu para a manutenção da frota naval portuguesa. A exploração de madeira nessa região constituiu um genuíno fruto de iniciativas da coroa portuguesa e não chegaram a ser concedidas a agentes privados. (CABRAL, 2008, p. 219).

⁴³⁸ Dias, 2007, p. 146-147.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A Feitoria de Cairu, pertencente à Comarca de Ilhéus teve em seus cortes fixados nos rios um grande número de expedições que buscavam suprir as necessidades comerciais da Coroa. Um fato interessante é a utilização da madeira de pau-brasil que foi marca do Brasil quinhentista, na qual, apesar de não constar no quadro das espécies de madeiras mais requisitadas na construção naval, pôde ser encontrada em alguns registros de finais do século XVIII, havendo remessas de grandes números de toras de madeira.

[...] Madeira de Pao Brazil se remeteo no Navio N. Senhora Madre de Deos de q' era Mestre Joze Joaquim [Toscatto] 1284 toras o pezo de 918 quintaes e 16 (palavra ilegível) q' já se achava cortado e q' se não poder remeter (duas palavras ilegíveis) Determinara por [Prov. am] do Real (palavra ilegível) por já estarm em- Barcadas nesse navio q' recebera quella ordem - Segue a Carta n° 2 de [30] de Abril de 1790 [...].⁴³⁹

As matas da Comarca de Ilhéus favoreceram o fortalecimento econômico daquela região visto que através da extração da madeira se criava toda uma rede interligada de relações de trabalho, em que se beneficiavam os diversos seguimentos em maior ou menor grau, como os empregados contratados a partir de jornadas diárias ou os fazendeiros que empregavam seus bois nos arrastos de madeiras.

Tanto por particulares, como pela administração oficial, a atividade dos estaleiros representava o setor econômico que mais renda gerou para uma parcela da população da capitania e posterior comarca de Ilhéus que se envolveu direta ou indiretamente neste negócio. (DIAS, 2007, p. 148).

O caráter oficial, ou seja, o gerenciamento dos cortes de madeiras financiados pela Coroa Portuguesa, manteve um ciclo permanente de ações que

⁴³⁹ Documento relativo à Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 78, ms. 512 (56, doc. 24).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

movimentavam toda área produtiva. Dentro dessa perspectiva, houve uma hegemonia local de dadas famílias, que através de cargos e/ou da própria exploração da floresta se favoreceram. Uma parcela da elite local participava diretamente nos negócios da madeira, inclusive pela indicação direta dos oficiais da câmara da vila de Cairu. (DIAS, 2007, p. 150).

A política extrativista empregada naquelas terras formaria uma elite na organização social capaz de questionar os interesses e a tentativa de controle Real em suas terras. Esse controle viria em forma de políticas conservacionistas que proporia melhorias nas conduções da extração de madeira e um maior controle por parte da Coroa nas terras da colônia.

Discurso sobre um Plano

Para entendermos o porquê do Plano de Baltasar da Silva Lisboa é necessário que voltemos um pouco no tempo para reconstruir a mentalidade de conservação que seria criada no final do século XVIII.

Até 1715, a atividade madeireira na Bahia e nas capitanias do sul era um negócio exclusivamente privado. Neste ano foi instituído o regime de feitorias reais para suprir as encomendas da Marinha com a nomeação do primeiro mestre carpinteiro. Em 1716 foi estabelecida a feitoria de Cairu, tendo por administrador Manuel Teixeira de Souza. A feitoria era composta inicialmente por duas unidades de corte – a que chamavam simplesmente de “cortes”-, uma no sítio chamado Maricoabo e outra no Taperoá. (DIAS, 2007, p. 148-149).

Em 1755, a extração de madeira passaria a fazer parte da reconstrução de Lisboa após um terremoto de grande proporção que destruiu boa parte da cidade, da mesma forma, em 1789, período em que ocorria a Revolução Francesa, e sendo época de grande agitação na Europa, se fez necessário reforçar o arsenal de guerra



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

para garantir a segurança e a manutenção da Coroa Portuguesa. A necessidade do uso da floresta levou a uma alteração na postura do governo em relação à administração de seus estoques florestais coloniais. (CABRAL, 2008, p. 218).

O aperfeiçoamento das técnicas produtivas foi responsável por acelerar a expansão de áreas desmatadas. Além disso, o cultivo da mandioca fez com que grandes áreas fossem queimadas ou desmatadas para que fizesse o seu plantio. Todos esses eventos proporcionaram ou contribuíram para uma maior demanda de madeiras (ou desmatamento, no caso da mandioca) que eram encontradas até então, em larga escala na Mata Atlântica.

Da mesma sorte, o descuido com as matas por parte dos proprietários de terras se deu por uma ausência de consciência sobre preservação da floresta, pois para os proprietários de terras as matas não tinham utilidade de pé, já que suas árvores serviam apenas para demandas peculiares do seu cotidiano, como construção de moradias e carros de bois, dentre outros afazeres de menor grau, sendo por vezes utilizada a madeira no fabrico de pequenas embarcações.

Esse considerável avanço na produção que se dará em finais do século XVIII, fará com que se tomem algumas medidas por parte da Coroa para garantir a preservação das matas, já que de forma banal, muitos proprietários de terras derrubavam e queimavam florestas para que se fizessem plantações de mandioca.

Em meio a isso, políticas conservacionistas incentivadas pelo ouvidor da Comarca, Baltasar da Silva Lisboa, promoveu o uso da floresta de forma a equacionar a utilização pelos fazendeiros das terras para o plantio, com a necessidade da Coroa de aumentar a extração de madeira para reunir um amplo arsenal de guerra e mercantil, uma regulamentação de um procedimento para que se fizesse melhor uso das madeiras e garantisse assim, no que poderíamos chamar nos dias atuais de sustentabilidade da floresta.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Porém, apesar do plano de conservação das matas está ligada diretamente a Coroa Portuguesa, os questionamentos sobre sua legalidade não demoram a acontecer. Os particulares, herdeiros de sesmarias ou fixados a terra pela compra, questionavam o direito de Portugal sobre algo que lhes foram concedidos.

[...] ao serviço publico tiverão dian-te dos olhos a Carta Regia de 13 de M.^{co} de 1797, sobre o objecto dos cortes de madr.^{as} p.^a firmar a impe-netravel barreira à ambição indiscreta dos colonos, q não querião cultivar sem destruir, e consolidar ao mesmo tem-po os entereces da R.^{al} Mar.^a, conexos com as seguranças da Monarchia, e q' por tanto lhes não era permithido se não conformarem se no q' fosse praticável aos D.^{os} respeitos com o q' ordenou a citada Carta Régia. Na mesma re-conheceo S. Alteza q' todas as terras a borda d' agoa erão do Real Patrimônio, e nullas as sesmarias nellas com-feridas, e q' por tanto as mesmas terras devião se encor- porar na R.^{al} Crôa, indemnizando- se os propriet.^{os} ou com equivalentes terras, ou como o E.^{mo} Gov.^{or} informase ser mais adequado [...].⁴⁴⁰

O fragmento do texto acima faz parte do refutamento ao Plano do Baltasar Lisboa, escrito e assinado por alguns proprietários de terras os quais discordavam das imposições feitas pela Coroa.

O Plano visava desapropriar as famílias que se encontravam instaladas as margens dos rios (onde concentravam as melhores áreas de corte) e reconduzi-las para outras terras no interior da Comarca, lhes pagando para tanto uma indenização.

[...] Tendo-se declarado pela Real Carta de 13 de m.^{co} de 1797 ser da pro- priedade exclusiva da Real Coroa todas as Mattas e Arvoredos que se acham a bor- Da Costa, ou de Rios que desembarquem immediatamente no Mar, e por onde em jamgadas se possão conduzir as Madeiras cortadas até as Praias prohibindo- se não só Sítios, mas q' informe o Governo os meios p.^a q' se poderão restituir a Real Coroa, as mesmas vias já dadas ,

⁴⁴⁰Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms 512 (47, doc. 8)



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

indenizando-se os proprietários com terras equivalentes no interior do País, impondo-se-lhe a obrigação de conservarem as Madeiras, e Paços Reaes, e estabelecendo igualmente as mais severas penas, contra os (ilegível) (ilegível) destruidores das Mattas [...].⁴⁴¹

Porém, havia muitos problemas para deslocar toda essa população. O primeiro era que os colonos que ali estavam já tinham uma ligação com aquelas terras, criando animais e cultivando a terra, segundo, as ainda densas matas do interior do país os imporiam um recomeço as atividades com a terra partindo assim do zero, e terceiro, o Plano infringia o direito a propriedade que já fazia parte da mentalidade dos colonos.

Além disso, havia ainda outros dois problemas de grande proporção, um seriam as indenizações que deveriam ser providas pela Coroa Portuguesa, devido o grande número de colonos instalados nessas áreas havia a necessidade de gerar uma grande receita para o pagamento. O outro seria ainda mais desastroso, o processo de extração de madeira como já foi dito antes, se dava a partir de um administrador da Coroa que contratava frente aos proprietários de terras animais (bois) para o arrasto de madeiras e mão-de-obra (escravos) e outros trabalhadores livres, além de todo o mantimento que era produzido pelas mesmas famílias ali estabelecidas. Sem essas famílias nessa região como se sustentariam os Cortes Reais e toda a Comarca de Ilhéus?

[...] naquella Carta Regia evitasse sem no-va e imediata Resolução Sua e pôr restrição por venda, ou dados por Sesmarias, sem que se fizesse primeiro huma justa indemnização dos terrenos que ficassem pertencendo a Real Coroa, a qual considerava dificultosa, ou para dizer mi-lhor empossivel: dificultosa, por que não descobria outro meio q' não fosse o da compra daquellas terrenos

⁴⁴¹ Idem, Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus...



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

para o q' seria preciso somas considera-veis impossivel, porq' mudados aquelles mora-dores, já ali estabelecidos com as suas familias, escravos, e bois necessarios p^a a extração das mês-das mesmas Madeiras [...].⁴⁴²

A partir da pressão feita pelos fazendeiros sobre as políticas implementadas pelo plano de conservação das matas de Baltasar Lisboa, houve a necessidade de uma nova proposta, a qual tornasse possível a sobrevivência dos Cortes e a produção agrícola.

As concessões feitas garantiram as terras aos fazendeiros, porém, eles ficariam sob a incumbência de identificar as árvores de construção quando essas se encontrassem em suas terras, informando a existência das espécies de madeira ao Juiz Conservador para que as mandasse cortar, se preservado também, o direito do uso das madeiras, quando assim fosse, para consumo próprio ou até mesmo para venda a particulares.

Apesar de todo o esforço em racionalizar o uso das madeiras pertencentes à Comarca de Ilhéus por parte de alguns representantes políticos da Coroa Portuguesa, pouca coisa mudou entre o discurso e a prática no processo extrativista. Na verdade, o que simbolizou a grande mudança, foi à reavaliação do primeiro plano de Conservação, concedendo aos proprietários de terras em seu reajuste, muito dos seus direitos já adquiridos, reconhecendo por tanto a importância política dessa sociedade formada naquela região.

CONCLUSÕES

A exploração madeireira iniciada com a colonização brasileira esteve desde sempre marcada por uma característica, a mentalidade de que suas matas eram

⁴⁴² Idem, Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus...



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

ilimitadas. Esse pensamento acompanhou a exploração do pau-brasil no Brasil quinhentista até a indústria madeireira estimulada no século XVIII.

Por outro lado, o grande avanço da agricultura, em que proporcionava a queima e a derrubada de grandes áreas de florestas para que ali se firmasse as lavouras, na maioria dos casos nessa região a de mandioca, orientou a Coroa para um maior cuidado com um dos seus bens de maior prestígio daquele período.

Em contra partida, as ações propostas pela Coroa Portuguesa para frear o mau uso da floresta pelos proprietários de terras e de certo modo, racionalizar o uso das matas, ia de encontro aos interesses dos fazendeiros de cultivar as terras e nelas permanecerem, visto que um dos requisitos do plano era o de realocar essas famílias para outras áreas.

É importante ressaltar que, economicamente, a Comarca de Ilhéus prosperou de forma suficiente a garantir sua sobrevivência, além da agricultura, que visava fornecimento da farinha para Salvador, houve um grande investimento naquela região originária da extração madeireira. A economia florestal, portanto, orientou o surgimento de povoados e vilas, que se tornariam nos dias de hoje cidades. A exploração madeireira em termos econômicos se manteve firme até as primeiras décadas do século XIX, sendo que, nessa região em especial, só seria substituída em valores a partir da implantação gradativa da lavoura cacaueteira.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS⁴⁴³

- ANAIS da Biblioteca Nacional (ABN), volume 36: **Ofício do Ouvidor da comarca dos Ilhéus**, Baltasar da Silva Lisboa, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho,... Cairu, 20 de março de 1799, p.102-117
- CABRAL, Diogo. **Produtores Rurais e Indústria Madeireira no Rio de Janeiro do Final do Século XVIII**: evidências empíricas para a região do vale do Macacu. p. 21. (PDF).
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996
- DIAS, Marcelo H. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. Niterói: PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado).
- _____. As feitorias de madeira e a ocupação territorial da antiga capitania de Ilhéus. In: **Especiaria** (Revista da UESC), Ilhéus, n. 11-12 jan./dez. 2003, p. 145-177.
- _____. Senhores da floresta. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, n. 7, jan. 2006, p. 53-57.
- _____; CARRARA, Ângelo A. (Org.). **Um lugar na história**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linha de pesquisa. In: **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p. 177-197. (PDF).
- FREITAS, Antonio F. G. de; PARAÍSO, Maria H. **Caminhos ao encontro do mundo**. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus: Editus, 2001.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Cia Editora Nacional/USP, 1968.
- MILLER, Shawn. **Fruitless tress**. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. Stanford UP, 2000.
- MORTON, F. W. O. the royal timber in late colonial Bahia. **Hispanic American Historical Review**. , 58:1 (fev. 1978), pp 41-61;
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. RJ, Zahar, 2002.
- WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p. 198-215.

⁴⁴³ As referências sobre os documentos pertencentes aos arquivos da Biblioteca Nacional utilizados como fonte primária para esse trabalho estão contidas nas notas de rodapé.